



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

**Francisco Jr**  
DEPUTADO ESTADUAL



Política do  
**nosso jeito**

**PROJETO DE LEI Nº 51 DE 28 DE fevereiro DE 2018.**

APROVADO PRELIMINARMENTE  
A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE  
A COMISSÃO DE CONST. JUSTIC.  
E REDAÇÃO  
Em 28/02/2018  
1º Secretário

“Altera a Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual, e dá outras providências.”

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** A Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

**“Art. 21-A** Os órgãos da administração pública Estadual criarão Programas de Compliance Público, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, mediante a avaliação de riscos, prevenção, identificando e reportando os desvios de conduta, irregularidades e prática de ilícitos, visando o atingimento do interesse público e ao combate efetivo de todas as formas de corrupção.

**Parágrafo único.** A Controladoria-Geral do Estado – CGE competirá definir as premissas mínimas para cada órgão da administração pública estadual.” (NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, EM DE 2018.**

**FRANCISCO JR**  
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

**Francisco Jr**  
DEPUTADO ESTADUAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA-GO



Política do  
*nosso jeito*

## JUSTIFICATIVA

O projeto em análise dispõe que os órgãos da administração pública Estadual deverão criar Programas de Compliance Público, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública.

A palavra “compliance” vem do inglês e significa agir em conformidade com as regras, aceitar um pedido ou comando. Quando levado para a esfera social, “compliance”, ou “regulatory compliance” (conformidade regulatória, em tradução livre), significa os objetivos que as organizações aspiram alcançar em seus esforços para garantir que elas sejam conscientes e tomem medidas para cumprir as leis, políticas e regulamentos.

Os Programas de Compliance Público deverão envolver a previsão de mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, bem como a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. De forma direta, significa ações claras e periódicas com vistas a transparência e a ética por parte de agentes públicos.

A edição do aludido diploma legislativo segue positiva agenda adotada pelos demais estados no sentido de disseminar práticas de probidade empresarial, abandonando-se a primazia de uma lógica meramente punitiva em prol da prevenção.

Grande inovação promovida no cenário pátrio é a obrigatoriedade de adoção de programas de compliance para licitações na modalidade tomada de preço, da quais participam, em sua maioria, micro, pequenas e médias empresas.

Segue na esteira constitucional dos princípios da Transparência, efetiva prestação de contas à sociedade, além da garantia do interesse público, ética e integridade.



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

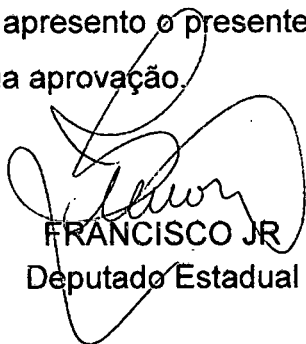
**Francisco Jr**  
DEPUTADO ESTADUAL

Política do  
*nosso jeito*

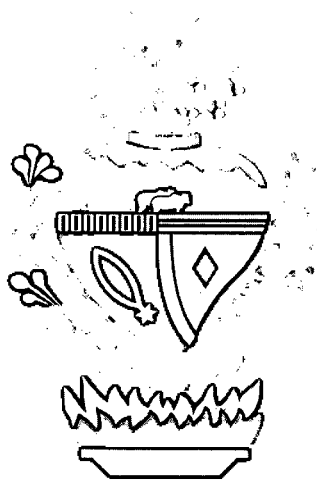


Desta forma, cada órgão orientado pela Controladoria Geral do Estado – CGE, deverá construir seu Programa de Compliance de modo a dar segurança, controle e monitoramento contínuo de suas ações.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.



FRANCISCO JR  
Deputado Estadual



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO  
**Nº 2018000660**

Data Autuação: 28/02/2018

**Projeto :** 51-AL  
**Origem:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO  
**Autor:** DEP. FRANCISCO JR  
**Tipo:** PROJETO  
**Subtipo:** LEI ORDINÁRIA

**Assunto:**

"ALTERA A LEI Nº 18.672, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."



2018000660



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO



**Francisco Jr**

REPÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Política do **nosso jeito**



**PROJETO DE LEI Nº 51**

**DE 28 DE fevereiro**

**DE 2018.**

APROVADO PRELIMINARMENTE  
A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE  
A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
Em 28.02.2018  
1º Secretário

“Altera a Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual, e dá outras providências.”

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos constantes no art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:**

**Art. 1º** A Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

“**Art. 21-A** Os órgãos da administração pública Estadual criarão Programas de Compliance Público, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, mediante a avaliação de riscos, prevenção, identificando e reportando os desvios de conduta, irregularidades e prática de ilícitos, visando o atingimento do interesse público e ao combate efetivo de todas as formas de corrupção.

**Parágrafo único.** A Controladoria-Geral do Estado – CGE competirá definir as premissas mínimas para cada órgão da administração pública estadual.” (NR)

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, EM DE 2018.**

**FRANCISCO JR**  
Deputado Estadual



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

**Francisco Jr**  
DEPUTADO ESTADUAL



Partida do  
**nosso jeito**



## JUSTIFICATIVA

O projeto em análise dispõe que os órgãos da administração pública Estadual deverão criar Programas de Compliance Público, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública.

A palavra “compliance” vem do inglês e significa agir em conformidade com as regras, aceitar um pedido ou comando. Quando levado para a esfera social, “compliance”, ou “regulatory compliance” (conformidade regulatória, em tradução livre), significa os objetivos que as organizações aspiram alcançar em seus esforços para garantir que elas sejam conscientes e tomem medidas para cumprir as leis, políticas e regulamentos.

Os Programas de Compliance Público deverão envolver a previsão de mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, bem como a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta. De forma direta, significa ações claras e periódicas com vistas a transparência e a ética por parte de agentes públicos.

A edição do aludido diploma legislativo segue positiva agenda adotada pelos demais estados no sentido de disseminar práticas de probidade empresarial, abandonando-se a primazia de uma lógica meramente punitiva em prol da prevenção.

Grande inovação promovida no cenário pátrio é a obrigatoriedade de adoção de programas de compliance para licitações na modalidade tomada de preço, da quais participam, em sua maioria, micro, pequenas e médias empresas.

Segue na esteira constitucional dos princípios da Transparência, efetiva prestação de contas à sociedade, além da garantia do interesse público, ética e integridade.



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
A CASA DO POVO

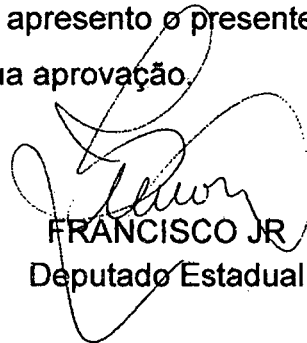
**Francisco Jr**  
DEPUTADO ESTADUAL

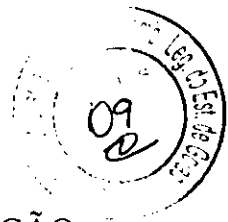
Política de  
**nosso jeito**



Desta forma, cada órgão orientado pela Controladoria Geral do Estado CGE, deverá construir seu Programa de Compliance de modo a dar segurança controle e monitoramento contínuo de suas ações.

Pelas fundamentações acima expostas, entendo de extrema relevância a medida ora proposta, por isso apresento o presente Projeto de Lei, contando com o auxílio dos nobres pares para sua aprovação.

  
FRANCISCO JR  
Deputado Estadual



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) LISSAUGN VIGINA

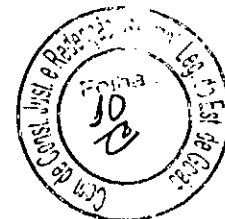
**PARA RELATAR**

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 6 / 31 / 2018

Presidente: 





PROCESSO N.º : 2018000660  
INTERESSADO : DEPUTADO FRANCISCO JR  
ASSUNTO : Altera a Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual, e dá outras providências.

## RELATÓRIO

Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Francisco Jr., alterando a Lei n. 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual.

As alterações são no sentido de que os órgãos da administração pública Estadual criarem Programas de Compliance Público, com os objetivos de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, mediante a avaliação de riscos, prevenção, identificando e reportando os desvios de conduta, irregularidades e prática de ilícitos, visando o atingimento do interesse público e ao combate efetivo de todas as formas de corrupção.

De acordo com a justificativa, a palavra "compliance" vem do inglês e significa agir em conformidade com as regras, aceitar um pedido ou comando. Quando levado para a esfera social, "campliance", ou "regulatory compliance" (conformidade regulatória), significa os objetivos que as organizações aspiram alcançar em seus esforços para garantir que elas sejam conscientes e tomem medidas para cumprir as leis, políticas e regulamentos. Assim, o Programa de Compliance Público deverá envolver a previsão de mecanismos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, bem como a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta de forma direta, significa ações



claras e periódicas com vistas a transparência e a ética por parte de agentes públicas.

Essa é a síntese da proposição em análise.

A presente iniciativa, que se encontra devidamente alinhada aos contornos definidos pela Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção Federal), incorpora institutos, diretrizes e práticas de fomento à integridade na Administração Pública que já há algum tempo encontram-se consolidadas no plano internacional.

Constata-se que a proposição é plenamente compatível com o sistema constitucional vigente, não havendo qualquer inconstitucionalidade ou antijuridicidade que impeça a sua aprovação

Assim, com o propósito único de aprimorar a redação original do projeto em tela, bem como adequá-lo à técnica legislativa e à legislação já existente, peço vênua ao seu ilustre signatário para ofertar o seguinte substitutivo:

*“SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 51 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018.*

*Altera a Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública estadual.*

*A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*



Art. 1º A Lei nº 18.672, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

*"Art. 21-A. Os órgãos da administração pública Estadual criarão Programas de Compliance Público, com o objetivo de avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, mediante a avaliação de riscos, prevenção, identificando e reportando os desvios de conduta, irregularidades e prática de ilícitos, visando o atingimento do interesse público e ao combate efetivo de todas as formas de corrupção." (NR)*

*Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."*

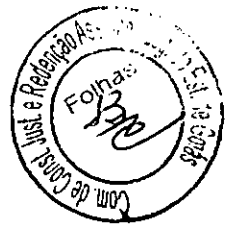
Por tais razões, com a adoção do substitutivo apresentado, somos pela constitucionalidade e juridicidade da propositura em pauta.

É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 06 de Março de 2018.

Deputado LISSAUER VIEIRA

Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova  
o parecer do Relator **FAVORÁVEL A MATÉRIA.**

Processo Nº 660/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 07/06 /2018.

Presidente: